

CÓDIGO de Proteção e Defesa do Consumidor: Lei n.8.078, de 11/09/1990. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 250 p. (Coleção Saraiva de Legislação). ---- *Localização:* 346.548(81)"1990"(094.4) / B736c / 2013 / 22.ed

# Índice Sistemático do Código de Proteção e Defesa do Consumidor

(LEI N. 8.078, DE 11-9-1990)

## TÍTULO I

<b>DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR (arts. 1.º a 60)</b> .....	1
Capítulo I – Disposições gerais (arts. 1.º a 3.º) .....	1
Capítulo II – Da política nacional de relações de consumo (arts. 4.º e 5.º) .....	2
Capítulo III – Dos direitos básicos do consumidor (arts. 6.º e 7.º) .....	3
Capítulo IV – Da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos (arts. 8.º a 28) .....	4
Seção I – Da proteção à saúde e segurança (arts. 8.º a 11).....	4
Seção II – Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço (arts. 12 a 17).....	5
Seção III – Da responsabilidade por vício do produto e do serviço (arts. 18 a 25).....	7
Seção IV – Da decadência e da prescrição (arts. 26 e 27) .....	9
Seção V – Da desconsideração da personalidade jurídica (art. 28) .....	9
Capítulo V – Das práticas comerciais (arts. 29 a 45).....	10
Seção I – Das disposições gerais (art. 29) .....	10
Seção II – Da oferta (arts. 30 a 35).....	10
Seção III – Da publicidade (arts. 36 a 38) .....	11
Seção IV – Das práticas abusivas (arts. 39 a 41) .....	11
Seção V – Da cobrança de dívidas (arts. 42 e 42-A) .....	13
Seção VI – Dos bancos de dados e cadastros de consumidores (arts. 43 a 45).....	13
Capítulo VI – Da proteção contratual (arts. 46 a 54) .....	14
Seção I – Disposições gerais (arts. 46 a 50) .....	14
Seção II – Das cláusulas abusivas (arts. 51 a 53).....	15
Seção III – Dos contratos de adesão (art. 54).....	17
Capítulo VII – Das sanções administrativas (arts. 55 a 60) .....	17

## TÍTULO II

<b>DAS INFRAÇÕES PENAIAS (arts. 61 a 80)</b> .....	19
--	----

<b>TÍTULO III</b>	
<b>DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO (arts. 81 a 104)</b> .....	22
Capítulo I – Disposições gerais (arts. 81 a 90).....	22
Capítulo II – Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos (arts. 91 a 100) .....	24
Capítulo III – Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços (arts. 101 e 102) .....	26
Capítulo IV – Da coisa julgada (arts. 103 e 104) .....	26
<b>TÍTULO IV</b>	
<b>DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (arts. 105 e 106)</b> .....	27
<b>TÍTULO V</b>	
<b>DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO (arts. 107 e 108)</b> .....	28
<b>TÍTULO VI</b>	
<b>DISPOSIÇÕES FINAIS (arts. 109 a 119)</b> .....	29

## Índice Cronológico da Legislação

<b>CONSTITUIÇÃO FEDERAL</b> (dispositivos) .....	57
<b>DECRETOS:</b>	
<b>1.306</b> – de 9-11-1994 – Regulamenta o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, de que tratam os arts. 13 e 20, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, seu Conselho Gestor e dá outras providências .....	67
<b>2.181</b> – de 20-3-1997 – Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, revoga o Decreto n. 861, de 9 de julho de 1993, e dá outras providências .....	78
<b>2.521</b> – de 20-3-1998 – Dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, e dá outras providências .....	94
<b>3.181</b> – de 23-9-1999 – Regulamenta a Lei n. 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências .....	113
<b>5.903</b> – de 20-9-2006 – Regulamenta a Lei n. 10.962, de 11 de outubro de 2004, e a Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 .....	146
<b>6.061</b> – de 15-3-2007 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências .....	148
<b>6.275</b> – de 28-11-2007 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, e dá outras providências .....	150
<b>6.523</b> – de 31-7-2008 – Regulamenta a Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC.....	151
<b>7.829</b> – de 17-10-2012 - Regulamenta a Lei n. 12.414, de 9-6-2011, que disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito .....	220

<b>DECRETOS-LEIS:</b>	
<b>2.848</b> – de 7-12-1940 (Código Penal) .....	33
<b>LEI COMPLEMENTAR:</b>	
<b>80</b> – de 12-1-1994 – Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências .....	64
<b>LEI DELEGADA:</b>	
<b>4</b> – de 26-9-1962 – Dispõe sobre a intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo .....	43
<b>LEIS:</b>	
<b>1.521</b> – de 26-12-1951 – Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular .....	40
<b>4.591</b> – de 16-12-1964 – Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias .....	48
<b>6.463</b> – de 9-11-1977 – Torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas a prestação, e dá outras providências .....	49
<b>7.347</b> – de 24-7-1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico – <i>Vetado</i> , e dá outras providências .....	50
<b>7.492</b> – de 16-6-1986 – Define os crimes contra o sistema financeiro nacional e dá outras providências .....	53
<b>7.960</b> – de 21-12-1989 – Dispõe sobre prisão temporária .....	61
<b>8.078</b> – de 11-9-1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências ..	1
<b>8.137</b> – de 27-12-1990 – Define os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências .....	62
<b>8.846</b> – de 21-1-1994 – Dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e o arbitramento da receita mínima para efeitos tributários, e dá outras providências .....	65
<b>8.880</b> – de 27-5-1994 – Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor – URV, e dá outras providências .....	66
<b>9.008</b> – de 21-3-1995 – Cria, na estrutura organizacional do Ministério da Justiça, o Conselho Federal de que trata o art. 13 da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, altera os arts. 4.º, 39, 82, 91 e 98 da Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências .....	69
<b>9.021</b> – de 30-3-1995 – Dispõe sobre a implementação da autarquia Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, criada pela Lei n. 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências .....	71
<b>9.048</b> – de 18-5-1995 – Torna obrigatória a existência de instrumentos de medição de peso nos postos de revenda de gás liquefeito de petróleo para uso doméstico .....	72

<b>9.289</b> – de 4-7-1996 – Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau e dá outras providências .....	73
<b>9.294</b> – de 15-7-1996 – Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4.º do art. 220 da Constituição Federal .....	73
<b>9.472</b> – de 16-7-1997 – Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional n. 8, de 1995 .....	92
<b>9.615</b> – de 24-3-1998 – Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências .....	98
<b>9.656</b> – de 3-6-1998 – Dispõe sobre os planos de seguros privados de assistência à saúde .....	99
<b>9.791</b> – de 24-3-1999 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos estabelecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos .....	112
<b>9.832</b> – de 14-9-1999 – Proíbe o uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados .....	112
<b>9.847</b> – de 26-10-1999 – Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências .....	114
<b>9.870</b> – de 23-11-1999 – Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências .....	120
<b>9.961</b> – de 28-1-2000 – Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências .....	122
<b>10.359</b> – de 27-12-2001 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada .....	130
<b>10.671</b> – de 15-5-2003 – Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências .....	131
<b>10.742</b> – de 6-10-2003 – Define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED e altera a Lei n. 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências .....	141
<b>10.850</b> – de 25-3-2004 – Atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e fixa as diretrizes a serem observadas na definição de normas para implantação de programas especiais de incentivo à adaptação de contratos anteriores à Lei n. 9.656, de 3 de junho de 1998 .....	144
<b>10.962</b> – de 11-10-2004 – Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor .....	145
<b>11.291</b> – de 26-4-2006 – Dispõe sobre a inclusão nos locais indicados de aviso alertando sobre os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 (oitenta e cinco) decibéis .....	145

<b>12.007</b> – de 29-7-2009 – Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados.....	179
<b>12.291</b> – de 20-7-2010 – Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços .....	180
<b>12.414</b> – de 9-6-2011 – Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito .....	180
<b>12.485</b> – de 12-9-2011 – Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória n. 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis n. 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.....	184
<b>12.529</b> – de 30-11-2011 – Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei n. 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei n. 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.....	187
<b>12.653</b> – de 28-5-2012 – Acresce o art. 135-A ao Decreto-Lei n. 2.848, de 7-12-1940 – Código Penal, para tipificar o crime de condicionar atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia e dá outras providências .....	220

**MEDIDA PROVISÓRIA:**

<b>2.172-32</b> – de 23-8-2001 – Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração .....	128
--	-----

**PORTARIAS:**

<b>4</b> – de 13-3-1998 – Divulga, em aditamento ao elenco do art. 51 da Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, e do art. 22 do Decreto n. 2.181, de 20 de março de 1997, as cláusulas abusivas que, dentre outras, são consideradas nulas de pleno direito .....	93
<b>3</b> – de 19-3-1999 – Divulga, em aditamento ao elenco do art. 51 da Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, e do art. 22 do Decreto n. 2.181, de 20 de março de 1997, as cláusulas abusivas que, dentre outras, são consideradas nulas de pleno direito .....	110
<b>3</b> – de 15-3-2001 – Divulga, em aditamento ao elenco do art. 51 da Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, e do art. 56 do Decreto n. 2.181, de 20 de março de 1997, as cláusulas abusivas, para fim de aplicação do disposto no inciso IV, do art. 22, do Decreto n. 2.181, de 20 de março de 1997 .....	127
<b>5</b> – de 27-8-2002 – Complementa o elenco de cláusulas abusivas constante do art. 51 da Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 .....	130
<b>2.014</b> – de 13-10-2008 – Estabelece o tempo máximo para o contato direto com o atendente e o horário de funcionamento no Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC .....	154

- 487** – de 15-3-2012 – Disciplina o procedimento de chamamento dos consumidores ou *recall* de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, forem considerados nocivos ou perigosos..... 217

**RESOLUÇÕES:**

- 96** – de 17-12-2008 – Dispõe sobre a propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos.... 155
- 3.694** – de 26-3-2009 – Dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ..... 178

**RESOLUÇÃO NORMATIVA:**

- 186** – de 14-1-2009 – Dispõe sobre a regulamentação da portabilidade das carências previstas no inciso V do art. 12 da Lei n. 9.656, de 3 de junho de 1998, e sem a imposição de cobertura parcial temporária ..... 169